

APINAYÉ

elaborado por Maria Eliza
Ladeira pt CURD. 1983

HISTÓRICO DO PROBLEMA DE TERRAS APINAYÉ
CNO 01061A

CEDI - P. I. B.
DATA 29 05 86
COD. AG D 00007

- Em 1926, o chefe Apinayé do grupo dos KrinjoBrêire (atual aldeia de S. José) se dirige ao Pará e depois Rio de Janeiro para tentar resolver junto ao Govêrnp o problema das invasões em seu território.
- Em 1940, o Serviço de Proteção aos Índios, SPI, cria na aldeia de S. José o posto Apinayé para um melhor controle das invasões na área indígena edos conflitos entre "civilizados" e índios.
- Em 6/7/53, o encarregado do posto Apinayé, sr. Cícero Dantas, envia telegrama solicitando instruções devido a "desconhecidos estarem invadindo aldeamento, atirando de revólver".
- Em 14/5/58, o chefe da 8ª I.R.P. em Goiás encaminha ao chefe de S.O.A. da Diretoria do SRI, pedido de providências para por "co-
buro a intervenção do Sr. Promotor Público da Comarca de Tocantinópolis no serviço do SPI assumindo a defesa armada de particulares contra os índios".
- Em 1971, o Prof. Roberto da Matta encaminha relatório ao diretor do DGPI, general Clodomiro Flores, acerca da premênvia na demarcação das terras dos Apinayé e apontando a imemorialidade da área ocupada. (FUNAI/BSB/003/71).
- Em 1975, o sr. Ivan Baiocchi, Delegado da 7ª Delegacia Regional da FUNAI narra ao Diretor do DGO conflito ocorrido entre índios e regionais nas imediações do Ribeirão Botica; aponta a possibilidade de outros conflitos tal -o grau de tensão existente na área.
- Em janeiro de 1976 a FUNAI através da Portaria 013/P designa uma comissão para a delimitação da área Apinayé. Esta comissão elabora

relatório onde aponta 3 propostas : a 1ª atendendo "as necessidades dos Apinayé"; a 2ª considerada pela comissão como a "mais viável" e a 3ª que "atenderia os interesses da maioria dos proprietários e políticos de Tocantinópolis". Este relatório é assinado pelo sr. Delegado, pelo chefe de posto Sebastião A. Fernandes e pelo antropólogo "A" do DGPC, Antonio Pereira Neto.

- Em 1978, a FUNAI, através de seu então presidente Gal Ismarth de Araujo, assina o memorial descritivo delimitando a área Apinayé em 85.800 ha tendo por base a proposta nº2 apontada pela Comissão como a "mais viável" com acréscimo pelo Riacho Pecobo.
- Em março de 1979 o vereador de Tocantinópolis, Antônio José Rodrigues Filho endereça requerimento ao Presidente da Câmara Municipal, solicitando que seja endereçado ao Presidente da FUNAI, Gal Ismarth de Araujo, providência "no sentido de fazer melhor justiça quanto a deliberação da área destinada ao PI Apinayé" salienta que com a medida tomada pela FUNAI delimitando a área em 85.800ha pelo memorial descritivo de 1978 o município de Tocantinópolis perderá de 30 a 40% da produção agrícola e Agro-Pastoril e que de 5.000 a 6.000 habitantes deixarão o nosso município, em procuras de outras localidades".
- Em 1979 é iniciada a demarcação. Os Apinayé da aldeia de S. José paralisam os trabalhos por não concordarem com os limites estabelecidos pela FUNAI no memorial de 78.
- Em junho de 1979 o assistente Valter Mendes faz comunicação ao Diretor do DGPI (papeleta nº034/DGPI) da solicitação do chefe da aldeia de S. José, Romão Sotero, dos conselheiros Chiquinho e Santana que se deslocaram a Brasília para "solicitar alteração dos limites da reserva por considerá-los inadequados". Neste relato tal servidor alerta que uma

nova alteração nos limites "vai aumentar ainda mais as reações dos "civilizados", entretanto.... os índios não aceitam os limites homologados e nesse impasse estão os trabalhos de demarcação, os "civilizados" provavelmente encadearão as maiores pressões contra a FUNAI, qualquer que seja a decisão: manter os atuais limites ou alterá-los".

Em novembro de 1980 a FUNAI através da Portaria nº884/E designa a antropóloga Jane Galvão e o engenheiro Lucílio Franco para reestudo e definição dos limites da área Apinayé. No relatório encaminhado ao Diretor do DGPI em março de 1981, Jane Galvão chama a atenção para os seguintes pontos:

- "os Apinayé e os regionais, por diferentes motivos, esperam a demarcação..."
- "há muitos invasores na área Apinayé e alguns contando com a demora da definição dos limites, tentam legalizar uma situação de fato, ou seja, que a FUNAI ao ver que boa parte da área está invadida não consiga tomar outra atitude que não a permissão da invasão."
- que apesar da "aparência conciliatória entre índios e regionais, há um conflito latente que, sempre que possível se manifesta... mas, ao mesmo tempo que os Apinayé almejam a demarcação não aceitam qualquer limite, já que consideram insuficientes em muitos pontos os limites da demarcação de 79".
- "a reivindicação dos índios Apinayé para uma revisão dos limites de sua área não deve ser encarado pela FUNAI como um pedido de acréscimo de área. É importante notarmos que quando foram feitos os trabalhos de eleição da área Apinayé, os próprios membros da comissão apontaram a dificuldade que seria para a FUNAI demarcar a área por eles proposta. Esta dificuldade estaria no fato da área por eles eleita oferecer uma solução intermediária entre os interesses dos índios e dos regionais.

Neste relatório a proposta encaminhada soma um total de 101.000 ha acrescentando a homologada em 78 uma faixa de terras férteis ao longo

dos Ribeirões Mumbuca e Gameleira, atravessando assim a estrada Transamazônica, considerada na proposta anterior como limite natural intransponível.

- Em junho de 1982 é assinado convênio (nº059/82) entre a FUNAI e CVRD visando beneficiar "as comunidades indígenas localizadas na área de influência do "Projeto Ferro Carajás". Na cláusula Quinta, letra I, deste convênio, fica determinada como obrigação da FUNAI "realizar a demarcação e delimitação das áreas abrangidas por este convênio, regularizando-as de acordo com as exigências legais." Os Apinayé estão situados dentro desta área de influência.
- A proposta para eleição da área Apinayé da comissão de 1980 é encaminhada pela FUNAI ao GETAT em 11/4/83, segundo exigência do novo decreto regulamentando áreas indígenas (nº88118), para o levantamento da situação quanto a ocupação e titulação da área indígena eleita.
- Em março de 1983 os "políticos e proprietários" de Tocantinópolis encaminham abaixo-assinado ao sr. Mário Andreazza, Ministro do Interior, onde solicitam que seja mantida sem alteração a área dos índios Apinayé constantes do memorial aprovado em 1978.
- Em junho de 1983 vou pela 1ª vez à área Apinayé como assessora da CVRD segundo cláusula quarta, letra c, do convênio acima citado. Os Apinayé esperam a demarcação e percorrem comigo os limites que gostariam que fossem respeitados, me indicando os lugares de antigas aldeias. A sugestão e levantamento desta assessoria para a delimitação da área Apinayé, encaminhada em agosto para a CVRD reforça a imemorialidade e ocupação da área proposta para estudos pela FUNAI ao GETAT reconhecendo a necessidade e o direito dos Apinayé de S. José sobre as terras férteis de seu território que acompanham os ribeirões Gameleira e Mumbuca e que não estavam incorporadas na área homologada em 78, e acresce à esta área já proposta pela FUNAI uma faixa de terra em quase sua to-

talidade de cerrado, e de baixa densidade populacional, mas território tradicional das aldeias do COCAL (existentes até 1950) reivindicadas insistentemente pelos Apinayé, o que ^é uma reserva de 140.000ha aproximadamente.

. Em setembro de 1983, por ocasião dos festejos da semana da pátria, o ex-deputado Alziro Gomes que tem interesses dentro da área indígena solicita a Goiânia a presença do 29 Batalhão do Exército em Tocantinópolis alegando que os Apinayé iriam destruir a cidade. O chefe da Ajudância de Araguaína (a que estão subordinados administrativamente os Apinayé) se desloca à área e verifica a improcedência da denúncia.

. Ainda em setembro de 1983 os "políticos" de Tocantinópolis, principalmente o secretário do prefeito, enviam um abaixo assinado ao sr. Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários em nome do Povo de Tocantinópolis denunciando o clima de tensão provocado pelos Apinayé que ameaçam o pacato povo de Tocantinópolis insuflados pelo chefe de posto da FUNAI e pela antropóloga da CVRD e solicitando a redução da área Apinayé para 25.000 ha.

. Na última semana de outubro de 1983 a FUNAI designa 3 servidores para constituir o Grupo de Trabalho que juntamente com representantes do GETAT iniciariam o levantamento para a eleição da área Apinayé. A FUNAI aguarda durante quase 10 dias que o GETAT envie seus representantes e depois, devido a ausência do GETAT, solicita que retornem da Ajudância em Araguaína à Brasília. Segundo informações não oficiais o GETAT estaria se negando a participar deste Grupo de Trabalho (o que fere a portaria do sr. Presidente da República) devido ao clima de tensão existente em Tocantinópolis.

Da leitura dos fatos principais do processo de demarcação do território Apinayé, arrolados acima, depreende-se claramente que o "clima de tensão" existente na área vem de longa data. Este "clima" é devido à indefinição dos limites, à hesitação por parte tanto do SPI como da FUNAI em considerar e efetivar os interesses dos Apinayé. De modo que não são nem os Apinayé- e muito menos a antropóloga da CVRD ou o atual chefe de posto da FUNAI- que "acirram os ânimos" na área litigiosa, como alega um pequeno número de novos proprietários (compradores das posses dos antigos invasores da área) - ~~estes~~ ~~sim~~ que vêm acirrando um conflito que somente vai beneficiá-los como "proprietários". ~~Alegam~~ ~~que a criação da área Apinayé prejudica os interesses do município, considerando, de fato, seus interesses particulares como interesses públicos.~~ A demarcação de 100 ou 180 mil hectares não afetará em nada os interesses do município de Tocantinópolis.

Adiar ainda mais a delimitação e demarcação do território Apinayé esperando que o "clima de tensão" diminua é uma atitude absurda por que é esta demora que acirra os ânimos, que "prejudica os interesses do município" e principalmente contribui para que o território Apinayé seja invadido e ocupado e, nos últimos anos, venha a ser objeto de especulação por parte destes "novos invasores", os "proprietários" e "políticos" residentes em Tocantinópolis.

A FUNAI deve ter a firmeza de referendar a área pleiteada pelos Apinayé e encaminhada por esta assessoria à CVRD. Como salientam os próprios funcionários da FUNAI que se ocuparam da demarcação Apinayé, qualquer solução que tente mediar os interesses dos índios e desses "novos proprietários" redundará em fracasso, foi o que aconteceu com a proposta considerada "mais viável" pela comissão da FUNAI em 1976, homologada em 78 e que ~~xxxxxx~~ foi interrompida pelas Apinajé e desencadeou reações por parte dos "políticos" de Tocantinópolis.